

# CONCURSO PÚBLICO



**Companhia Docas do Espírito Santo**  
**Autoridade Portuária - Vitória - ES**



**DATA: 21/12/2008**

**DOMINGO - TARDE**

**CARGO: Técnico de Nível Superior**

**ÁREA: Jurídica**

**CÓDIGO: DIR**

## A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e 01 questão discursiva.

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Prova Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 4 horas e 30 minutos, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Resposta da Prova Discursiva**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Resposta da Prova Discursiva**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.concursos.uff.br](http://www.concursos.uff.br), no dia 23/12/2008, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



**BOA PROVA**

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### O fascínio do jornalismo

1 As virtudes e as fraquezas dos jornais não são recatadas. Registram-nas fielmente os sensíveis radares da opinião pública. Precisamos, por isso, derrubar inúmeros mitos que conspiram contra a credibilidade dos jornais.

2 Um deles, talvez o mais resistente, é o dogma da objetividade absoluta. Transmite, num pomposo tom de verdade, falsa certeza da neutralidade jornalística. Só que essa separação radical entre fatos e interpretações simplesmente não existe. É uma bobagem.

3 Jornalismo não é ciência exata e jornalistas não são autônomos. Além disso, não se faz bom jornalismo sem emoção. A frieza é anti-humana e, portanto, antijornalística. A neutralidade é uma mentira, mas a isenção é uma meta a ser perseguida. Todos os dias. A imprensa honesta e desengajada tem um compromisso com a verdade. E é isso que conta.

4 Mas a busca da isenção enfrenta a sabotagem da manipulação deliberada, a falta de rigor e o excesso de declarações entre aspas.

5 O jornalista engajado é sempre um mau repórter. Militância e jornalismo não combinam. Trata-se de uma mescla, talvez compreensível e legítima nos anos sombrios da ditadura, mas que, agora, tem a marca do atraso e o vestígio do fundamentalismo sectário.

6 O militante não sabe que o importante é saber escutar. Esquece, ofuscado pela arrogância da ideologia ou pela névoa do partidarismo, que as respostas são sempre mais importantes que as perguntas. A grande surpresa no jornalismo é descobrir que quase nunca uma história corresponde àquilo que imaginávamos.

7 O bom repórter é um curioso essencial, um profissional que é pago para se surpreender. Pode haver algo mais fascinante? O jornalista ético esquadrinha a realidade, o profissional preconceituoso constrói a história.

8 Todos os manuais de redação consagram a necessidade de ouvir os dois lados de um mesmo assunto. Trata-se de um esforço de isenção mínimo e incontornável. Mas alguns desvios transformam um princípio irretocável num jogo de cena. A apuração de faz-de-conta representa uma das maiores agressões à ética informativa.

9 Matérias previamente decididas em bolsões engajados buscam a cumplicidade da imparcialidade aparente. A decisão de ouvir o outro lado não é sincera, não se apóia na busca da verdade. É um artifício. O assalto à verdade culmina com uma estratégia exemplar, a repercussão seletiva. O pluralismo de fachada convoca, então, pretensos especialistas para declararem o que o repórter quer ouvir. Personalidades entrevistadas avalizam a “seriedade” da reportagem. Mata-se o jornalismo. Cria-se a ideologia.

10 É necessário cobrir os fatos com uma perspectiva mais profunda. Convém fugir das armadilhas do politicamente correto e do contrabando opinativo semeado pelos arautos das ideologias.

11 Boa parte do noticiário de política, por exemplo, não tem informação. Está dominado pela fofoca e pelo declaratório. Não tem o menor interesse para os leitores.

12 A precipitação e a falta de rigor são outros vírus que ameaçam a qualidade da informação. A manchete de impacto, oposta ao fato ou fora do contexto da matéria, transmite ao leitor a sensação de uma fraude.

13 Autor do mais famoso livro sobre a história do “New York Times”, Gay Talese vê importantes problemas que castigam a imprensa de qualidade. “Não fazemos matéria direito, porque a reportagem se tornou muito tática, confiando em e-mail, telefones, gravações. Não é cara a cara. Quando eu era repórter, nunca usava o telefone. Queria ver o rosto das pessoas. Não se anda na rua, não se pega o metrô ou um ônibus, um avião, não se vê, cara a cara, a pessoa com quem se está conversando”, conclui Talese. E o leitor, não duvidemos, capta tudo isso.

14 O leitor que queremos conquistar não quer o que

pode conseguir na TV ou na Internet. Ele quer algo mais. Quer o texto elegante, a matéria aprofundada, a análise que o ajude, efetivamente, a tomar decisões. Conquistar leitores é um desafio formidável. Reclama realismo, ética e qualidade.

15 O jornalismo tropeça em armadilhas. Nossa profissão enfrenta desafios, dificuldades e riscos sem fim. E é aí que mora o fascínio.

(DI FRANCO, Carlos Alberto. O Globo, Seção Opinião,3/11/08,p.7.)

1. Para o articulista, quando não se consegue realizar um jornalismo de qualidade, obtém-se nos textos elaborados, como conseqüência, o predomínio da:

- A) ética;
- B) política;
- C) ideologia;
- D) ditadura;
- E) isenção.

2. Segundo o redator, os noticiários de cunho jornalístico pecam pelo excesso de:

- A) comentários, destituídos de prévia informação sobre o fato analisado;
- B) observações, contrárias ou unilaterais sobre os fatos discorridos;
- C) declarações, difíceis de serem decodificadas pelo leitor comum;
- D) apreciações, demasiadamente extensas com muitos juízos de valor;
- E) esclarecimentos, tentativas de aclarar os pontos selecionados.

3. Se levarmos em conta que “Pode haver algo mais fascinante?” constitui uma pergunta retórica, característica de textos dissertativo-argumentativos, é correto afirmar que o autor dela fez uso porque constitui um recurso que:

- A) inicia uma pausa na compreensão do texto;
- B) demonstra uma interrogação sem nexos;
- C) aponta para uma questão ainda não respondida;
- D) constitui recurso de estilo com floreios artísticos;
- E) desperta a atenção pela leitura do texto.

4. Analise os trechos abaixo relacionados. Julgue-os de acordo com sua pertinência ao texto, escrevendo (V) para verdadeiro e (F) para falso:

- 1. Em “Jornalismo não é ciência exata”, “A frieza é anti-humana” e “A neutralidade é uma mentira” (3º parágrafo), a repetição do verbo SER transmite maior ênfase aos enunciados ( ).
- 2. O quarto parágrafo é iniciado por um elo coesivo, sinalizando contraste em relação ao parágrafo imediatamente anterior ( ).
- 3. No quarto parágrafo, inicia-se o trabalho argumentativo do articulista, já que, nesse fragmento, ele aponta os três problemas que levam à busca da isenção do jornalista para com a notícia ( ).
- 4. Um equivalente de sentido oposto para “repercussão seletiva” (9º parágrafo) é “democratização de opiniões” ( ).

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F F V;
- B) V V F V;
- C) V F V F;
- D) F V V F;
- E) F V V V.

5. No fragmento “FALSA CERTEZA da neutralidade jornalística” (2º parágrafo), se forem substituídos os elementos em caixa alta (adjetivo + substantivo) por outros, invertendo-se a classe gramatical, mas mantendo-se seu teor semântico, obter-se-á a seguinte combinação:

- A) certamente falsa;
- B) certa falsidade;
- C) falsamente certa;
- D) falsidade certa;
- E) o acerto da falsidade.

6. O período “O jornalista ético esquadrinha a realidade, o profissional preconceituoso constrói a história” é estruturado em forma de:

- A) pragmatismo estratégico e discursivo;
- B) subordinação sintática e funcional;
- C) coordenação sindética e textual;
- D) paralelismo sintático e semântico;
- E) concatenação viciosa e repetitiva.

7. Observe os seguintes fragmentos extraídos do texto:

1. “o vestígio do fundamentalismo SECTÁRIO” (5º parágrafo)
2. “a APURAÇÃO de faz-de-conta” (8º parágrafo)
3. “ESQUADRINHA a realidade” (7º parágrafo)

É correto dizer-se que os termos acima destacados podem ser substituídos por outros, semanticamente equivalentes, respectivamente relacionados em:

- A) intolerante / coleta / esmiúça;
- B) radical / perseguição / detalha;
- C) intransigente / exigência / pormenoriza;
- D) enraizado / perfeição / descreve;
- E) básico / arrecadação / narra.

8. Em “E é ISSO que conta” (3º parágrafo), o pronome em destaque refere-se à determinada informação:

- A) posteriormente discorrida;
- B) momentaneamente discutida;
- C) anteriormente veiculada;
- D) brevemente engajada;
- E) honestamente compromissada.

9. O articulista não comete erros no uso de determinadas letras que, no uso corrente popular, podem ocasionar dúvidas, como “apuração”, “fascinante” ou “legítima”. Considerando-se esses problemas ortográficos, pode-se afirmar que, das relações abaixo, a única em que todos os vocábulos estão corretamente grafados é:

- A) maçada / tessitura / acendência / linhaça;
- B) castisso / promissor / consciência / vigência;
- C) maciço / sobressalente / discente / jeringonça;
- D) camurça / insosso / ascetismo / rabugento;
- E) extinção / vicissitude / aquiescer / ferrujem.

10. No segmento “dois lados do MESMO assunto”, usa-se, com pertinência, a norma culta do idioma na devida concordância nominal, o que NÃO ocorre em:

- A) Escrevia matérias BASTANTES e, logo, estaria enviando-as APENSAS a seu relatório.
- B) A jornalista estava MEIO chateada, pois, com a chuva, sua blusa estava TODO molhada.
- C) As observações dos textos foram as mais pertinentes POSSÍVEIS, e os jovens redatores ficaram GRATOS ao autor.
- D) As entrevistadas MESMAS não tinham a resposta, todavia estavam ALERTAS às questões formuladas.
- E) A repórter ficou MENOS cansada com a gravação naquele dia, pois conseguiu concluir os resultados A SÓS.

11. Os sufixos das palavras SABOTAGEM e CUMPLICIDADE são semanticamente correspondentes, respectivamente, aos das palavras:

- A) elegância e efetivamente;
- B) precipitação e certeza;
- C) confiante e gravação;
- D) manipulação e verdadeiro;
- E) essencial e preconceituoso.

12. Redigindo-se os três períodos do 11º parágrafo “Boa parte do noticiário de política, por exemplo, não tem informação. Está dominado pela fofoca e pelo declaratório. Não tem o menor interesse para os leitores” num único período, com o emprego dos conectivos adequados para que se mantenham as relações de sentido, a forma apropriada será:

- A) Boa parte do noticiário de política, por exemplo, não tem informação, pois está dominado pela fofoca e pelo declaratório, não tendo, com isso, o menor interesse para os leitores.
- B) Boa parte do noticiário de política, por exemplo, não tem informação, de modo que está dominado pela fofoca e pelo declaratório, porque não tem o menor interesse para os leitores.
- C) Boa parte do noticiário de política, por exemplo, não tem informação, porém está dominado pela fofoca e pelo declaratório, porquanto não tem o menor interesse para os leitores.
- D) Embora boa parte do noticiário de política, por exemplo, não tenha informação, ele está dominado pela fofoca e pelo declaratório, de modo que não tem o menor interesse para os leitores.
- E) Como boa parte do noticiário de política, por exemplo, não tenha informação, ele está dominado pela fofoca e pelo declaratório, tanto que não tem o menor interesse para os leitores.

13. Abaixo, o período “A frieza é anti-humana e, portanto, antijornalística” (3º parágrafo) foi reescrito de cinco formas distintas. Das cinco formas, aquela em que foi alterado o sentido original é:

- A) A frieza é anti-humana e, por conseguinte, é antijornalística.
- B) A frieza é anti-humana e, pois, antijornalística.
- C) A frieza é anti-humana e, não obstante, antijornalística.
- D) A frieza é anti-humana e, por isso, antijornalística.
- E) A frieza é anti-humana e, como tal, antijornalística.

14. Dentre as alterações propostas para as orações “Pode haver algo mais fascinante?” e “Cria-se a ideologia”, as únicas que estão corretas, do ponto de vista da concordância, se encontram em:

- A) Podem haver trabalhos mais fascinantes? / Criar-se-ão novas ideologias.
- B) Poderia existir trabalho mais fascinante? / Devem-se criar nova ideologia.
- C) Poderia haver trabalho mais fascinante? / Devia-se criar novas ideologias.
- D) Houveram trabalhos mais fascinantes? / Devem-se criar novas ideologias.
- E) Pode haver trabalhos mais fascinantes? / Criam-se novas ideologias.

15. As vírgulas empregadas no período “Não se anda na rua, não se pega o metrô ou um ônibus, um avião, não se vê, cara a cara, a pessoa com quem se está conversando”, justificam-se por estarem de acordo com as seguintes normas:

- A) separam orações coordenadas e intercalam aposto;
- B) separam orações coordenadas e intercalam termo em função de adjunto adverbial;
- C) marcam anteposição de oração subordinada adverbial e separam orações coordenadas;
- D) intercalam termo em função de adjunto adverbial e termo em função de aposto;
- E) separam termos coordenados e intercalam vocativo.

16. Na expressão “cara a cara”, formada por palavras repetidas, o A é apenas preposição, não recebendo por isso o acento da crase. Das frases abaixo, a única correta por ser o A resultante de crase é:

- A) Chegou-se à uma solução satisfatória;
- B) Redigia à partir dos informes coletados;
- C) Referiu-se à essa repórter;
- D) Falava à pessoas entendidas no assunto;
- E) Dirigiu-se à jornalista que estava de plantão.

17. Das alterações feitas na redação da segunda oração do período “Não se vê, cara a cara, a pessoa com quem se está conversando”, aquela em que o pronome relativo está empregado de forma inadequada é:

- A) O texto cujo o teor eu desconhecia era claro.
- B) A informação à qual fizemos referência é essa.
- C) O noticiário por que tenho admiração começa cedo.
- D) A pessoa em cuja companhia cheguei era meu primo.
- E) O lugar donde o jornalista veio é inóspito.

18. No período “Quer o texto elegante, a matéria aprofundada, a análise que O ajude”, realizou-se, de forma adequada, a colocação do pronome átono. Considerando-se as normas de colocação pronominal, pode-se afirmar que, das frases abaixo, a única que admite colocação facultativa é:

- A) Em se tratando de militância política... / Em tratando-se de militância política...
- B) Não te vi pela manhã na redação. / Não vi-te pela manhã na redação.
- C) Quem nos viu no jornal? / Quem viu-nos no jornal?
- D) É importante que se leiam os e-mails. / É importante que leiam-se os e-mails.
- E) O resultado da divulgação lhe era indiferente. / O resultado da divulgação era-lhe indiferente.

19. Lendo-se com atenção os períodos: 1. “Convém fugir das armadilhas do politicamente correto e do contrabando opinativo semeado PELOS arautos das ideologias”; 2. “A isenção é uma meta A ser perseguida”; 3. “Nossa profissão enfrenta desafios, dificuldades e riscos SEM fim”, pode-se concluir que as preposições em destaque possuem, respectivamente, os valores semântico-discursivos de:

- A) causa / instrumento / fim;
- B) agente / finalidade / ausência;
- C) direção / paciente / conformidade;
- D) restrição / matéria / tempo;
- E) meio / direção / modo.

20. As palavras assumem teor positivo ou negativo conforme aparecem empregadas em determinado texto, levando-se em conta a opinião e a intencionalidade do autor. Das relações de palavras abaixo, todas extraídas do artigo sob análise, aquela em que as quatro pertencem a campo semântico de teor negativo é:

- A) decisão (9º par.) / surpresa (6º par.) / história (7º par.) / neutralidade (3º par.);
- B) bolsões (9º par.) / pluralismo (9º par.) / personalidades (9º par.) / isenção (3º par.);
- C) fachada (9º par.) / desvios (8º par.) / artifício (9º par.) / arautos (10º par.);
- D) rigor (12º par.) / manchete (12º par.) / fraude (12º parágrafo) / fascínio (15º par.);
- E) leitor (14º par.) / análise (14º par.) / decisões (14º par.) / dificuldades (15º par.).

## CONHECIMENTO BÁSICO

21. O fenômeno oriundo das ondas de oscilação incidentes em obstáculo que produzem ondas estacionárias puras ou parciais, também conhecidas como seiches ou clapotis, é denominado:

- A) reflexão;
- B) refração;
- C) arrebentação;
- D) correntes longitudinais;
- E) difração.

22. Das normas, documentos e relatórios abaixo, menos se aplicaria à gestão ambiental de obras portuárias:

- A) ISO 9000;
- B) SGA;
- C) EIA-RIMA-PBA;
- D) NM;
- E) ISO 14000.

23. Dos tipos de dragas abaixo, a que menos se adaptaria a trabalhar com argila siltosa dura ou compacta é a draga:

- A) de mandíbulas (clamshell);
- B) dipper;
- C) de alcatruzes;
- D) de sucção e recalque;
- E) hopper.

24. Um UULV (Ultra Ultra Large Container Vessel) transporta:

- A) 15.000 TEU;
- B) 18.000 TEU;
- C) 20.000 TEU;
- D) 25.000 TEU;
- E) 22.000 TEU.

25. É sabido que os efeitos que uma onda causa numa dada embarcação, no que tange ao movimento vertical, dependem de muitos fatores, dentre os quais são citados o comprimento e a velocidade da embarcação, bem como parâmetros característicos da onda. O maior efeito das ondas sobre a embarcação ocorre quando o comprimento desta é muito menor que o comprimento da:

- A) popa;
- B) frente;
- C) onda;
- D) borda;
- E) folga.

26. Alguns fatores podem influir nos mecanismos de formação de preço da tarifas. Neste caso, a concorrência pode ser entre portos situados em áreas próximas, ou entre terminais (ou outros prestadores de serviço) operando no mesmo porto. Em qualquer caso, o objetivo de maximizar o lucro, a receita ou o tráfego poderá influir significativamente na natureza e níveis das tarifas. Este mecanismo de formação de preços é conhecido como:

- A) competição;
- B) custo;
- C) valor da carga;
- D) política portuária;
- E) tarifas de movimentação.

27. Os portos devem buscar o compromisso recíproco de maior envolvimento com a comunidade. Este compromisso corresponde ao melhor atendimento junto aos seus clientes, parceiros e usuários: donos da mercadoria, exportadores e importadores, arrendatários, operadores portuários e sindicatos, linhas de navegação, transportadores rodoviários e ferroviários e os fornecedores de serviço, PRIORITARIAMENTE, promovendo:

- A) a obtenção de excelência do produto;
- B) a transparência ao atendimento;
- C) o desenvolvimento sustentável;
- D) o envolvimento com a comunidade;
- E) o fomento do comércio marítimo de exportação e importação.

28. Estruturas transversais que se estendem do pós-praia, suficientemente enraizadas para não serem contornadas pelo espraiamento, até a primeira linha de arrebentação, agindo diretamente sobre o transporte de sedimentos litorâneo na faixa em que ele é mais significativo, podendo ser empregadas isoladamente ou em conjunto (campo de espigões), sendo provavelmente a obra de defesa dos litorais mais difundida, são conhecidas como:

- A) quebra-mares destacados;
- B) espigões de praia;
- C) paredões;
- D) proteção das escarpas;
- E) alimentação artificial de areia.

29. De acordo com a Lei nº 8.630, em seu Art. 12, o responsável, perante a autoridade aduaneira, pelas mercadorias sujeitas a controle aduaneiro, no período em que essas lhe estejam confiadas, ou quando tenha controle ou uso exclusivo de área do porto onde se acham depositadas ou devam transitar, é o:

- A) porto organizado;
- B) operador portuário;
- C) proprietário ou consignatário da mercadoria;
- D) órgão local de gestão de mão-de-obra do trabalho;
- E) Conselho de Autoridade Portuária.

30. No caso de empresas estivadoras, os trabalhadores são contratados e os serviços são oferecidos no mercado, havendo ou não competição. No caso de sindicatos ou corporações, os trabalhadores sindicalizados são recrutados pela organização, que define as condições do serviço e negocia com:

- A) o operador portuário;
- B) o Poder Público;
- C) o porto organizado;
- D) o Conselho de Autoridade Portuária;
- E) os usuários.

## CONHECIMENTO ESPECÍFICO

31. A exploração do porto organizado é exercida:

- A) indiretamente pela União e diretamente por concessionária;
- B) diretamente pela União ou mediante concessão;
- C) diretamente pela união ou mediante autorização;
- D) indiretamente pela União e diretamente por permissionária;
- E) indiretamente por concessionária ou permissionária ou diretamente pela União.

32. Quando não se tratar de instalação pública de pequeno porte, o instrumento jurídico que assegura ao interessado o direito de construir, reformar, ampliar, melhorar, arrendar e explorar instalação portuária é o contrato de:

- A) arrendamento, celebrado com a União, no caso de exploração indireta, ou diretamente com sua concessionária, sempre através de licitação, quando a instalação portuária estiver localizada dentro dos limites da área do porto organizado;
- B) arrendamento, celebrado com a União, no caso de exploração direta, ou com sua concessionária, sempre através de licitação, quando a instalação portuária estiver localizada dentro dos limites da área do porto organizado;
- C) permissão de uso de bem público, celebrado com a União ou com a concessionária, nem sempre através de licitação, mesmo quando a instalação portuária esteja inteiramente localizada nos limites da área do porto organizado;
- D) locação, celebrado com concessionária da União ou de Estado Federado, através de licitação quando a instalação portuária estiver, em sua maior parte, localizada dentro dos limites da área do porto organizado;
- E) locação, celebrado com a União, no caso de exploração direta, ou com empresa autorizada, facultada a licitação quando a instalação portuária estiver, ainda que parcialmente, dentro dos limites da área do porto organizado.

33. O trabalho portuário de capatazia e o de estiva são realizados por trabalhadores portuários:

- A) avulsos;
- B) com vínculo empregatício a prazo determinado ou indeterminado e por trabalhadores avulsos;
- C) com vínculo empregatício a prazo indeterminado;
- D) com vínculo empregatício a prazo determinado e por trabalhadores avulsos;
- E) com vínculo empregatício a prazo determinado e por trabalhadores avulsos.

34. O operador portuário:

- A) poderá tomar, mas não locar mão-de-obra sob o regime de trabalho temporário;
- B) poderá locar ou tomar mão-de-obra sob o regime de trabalho temporário;
- C) poderá locar, mas não tomar mão-de-obra sob o regime de trabalho temporário;
- D) não poderá locar ou tomar mão-de-obra sob o regime de trabalho temporário;
- E) poderá, parcial e facultativamente, locar ou tomar mão-de-obra sob o regime temporário.

35. Por infração cometida na realização de operações portuárias com infringência ao disposto na Lei nº 8630/93 ou com inobservância dos regulamentos do porto responde:

- A) pessoa física que tenha intervindo na operação portuária;
- B) qualquer pessoa jurídica que, mesmo sem intervir na operação portuária, concorra para sua prática ou dela se beneficie;
- C) conjunta ou isoladamente, qualquer pessoa física ou jurídica que, intervindo na operação portuária, concorra para a sua prática ou dela se beneficie;
- D) isoladamente, qualquer pessoa física ou jurídica que, mesmo sem intervir na operação portuária, dela não se tenha beneficiado;
- E) conjuntamente, quaisquer pessoas jurídicas que tenham intervindo na operação portuária.

36. O órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário avulso:

- A) responde, solidariamente com os operadores portuários, pela remuneração devida aos trabalhadores portuários avulsos, mas não responde pelos prejuízos por estes (trabalhadores avulsos) causados aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros;
- B) não responde pela remuneração devida aos trabalhadores portuários avulsos, nem pelos prejuízos que estes (trabalhadores avulsos) causarem aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros;
- C) responde, isoladamente, pela remuneração devida aos trabalhadores portuários avulsos e pelos prejuízos que estes (trabalhadores avulsos) causarem aos tomadores dos seus serviços;
- D) responde pelos prejuízos que os trabalhadores portuários avulsos causarem aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros, mas não responde solidariamente com os operadores portuários, pela remuneração devida àqueles (trabalhadores portuários avulsos);
- E) responde, solidariamente com os operadores portuários, pelos prejuízos que a estes sejam causados pelos trabalhadores portuários avulsos e, isoladamente, pela remuneração devida àqueles (trabalhadores portuários avulsos).

37. Atividade de movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e descarga de embarcações, quando efetuados por aparelhamento portuário; atividade de movimentação de mercadorias nos conveses ou nos porões das embarcações principais ou auxiliares, incluindo o transbordo, arrumação, peação e despeação, bem como o carregamento das mesmas, quando realizados com equipamento de bordo:

- A) esta denomina-se estiva; aquela, capatazia;
- B) aquela denomina-se estiva; esta, capatazia;
- C) esta denomina-se conferência de carga; aquela, bloco;
- D) aquela denomina-se conferência de carga; esta, bloco;
- E) esta denomina-se capatazia; aquela, conferência de carga.

38. Segundo a Lei nº 8630/93, os contratos para movimentação de cargas de terceiros reger-se-ão pelas normas de direito:

- A) público e, subsidiariamente, de direito privado, com parcial participação e responsabilidade do poder público;
- B) público, com participação e responsabilidade do poder público;
- C) público e privado, com participação e responsabilidade do poder público;
- D) público ou privado, com ou sem participação e responsabilidade do poder público;
- E) privado, sem participação ou responsabilidade do poder público.

39. Relativamente às operações de cargas, a Norma Regulamentadora nº 29, do Ministério do Trabalho, determina que:

- A) a autorização para atracação de embarcação com materiais radioativos deve ser precedida de autorização da Capitania dos Portos;
- B) as cargas de explosivos devem ser as primeiras a embarcar e as últimas a desembarcar;
- C) as substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos devem ser armazenados em locais ao abrigo da luz e calor, preferencialmente em conjunto com aminas;
- D) as substâncias corrosivas devem ser preservadas ao abrigo de baixas temperaturas e locais extremamente secos;
- E) no local das operações com substâncias tóxicas e infectantes, deve haver sacos com areia limpa e seca ou similar, para absorver e conter derramamentos.

40. A Norma Regulamentadora nº 29, do Ministério do Trabalho e Emprego, é de observância obrigatória pelos:

- A) empregadores e órgãos gestores de mão-de-obra;
- B) portuários e empregadores;
- C) administradores portuários e tomadores de serviços;
- D) portuários, empregadores, tomadores de serviço, órgãos gestores de mão-de-obra e administradores portuários;
- E) portuários, empregadores e órgãos gestores de mão-de-obra.

<p>41. A fiel observância dos procedimentos licitatórios legalmente estabelecidos constitui-se, para os licitantes, em:</p> <p>A) direito público subjetivo;  B) direito público, mas não subjetivo;  C) direito subjetivo, mas não público;  D) direito privado subjetivo;  E) direito privado, mas não subjetivo.</p>	<p>47. Se, num processo licitatório, a Administração oferece melhores condições para um licitante, e para os outros não, há ferimento do princípio constitucional da:</p> <p>A) eficiência;  B) isonomia;  C) universalidade de participação;  D) motivação;  E) razoabilidade.</p>
<p>42. Na hipótese de a União ter de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento, a licitação é:</p> <p>A) inexigível;  B) dispensável;  C) obrigatória;  D) parcial;  E) provisória.</p>	<p>48. Se, na execução dos contratos administrativos, ocorrer: a hipótese de modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; a hipótese de conveniência da substituição da garantia de execução - os contratos administrativos, sempre com as necessárias justificativas, poderão ser alterados:</p> <p>A) em ambas as hipóteses, unilateralmente por acordo das partes;  B) naquela (hipótese), por acordo das partes; nesta, unilateralmente pela Administração;  C) em ambas as hipóteses, por acordo das partes;  D) nesta (hipótese), por acordo das partes; naquela, unilateralmente pela Administração;  E) nesta (hipótese), por força de lei; naquela, por disposição de direito privado.</p>
<p>43. Como regra geral, a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade:</p> <p>A) gera, para a administração, parcial obrigação de indenizar;  B) gera, para a Administração, obrigação de indenizar;  C) não gera, para a Administração, obrigação de indenizar;  D) gera, para a administração, facultativa obrigação de indenizar;  E) gera, para a Administração, subsidiária obrigação de indenizar.</p>	<p>49. À hipótese em que, tendo havido alteração unilateral do contrato que produza o aumento dos encargos do contratado, a Administração deva restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial aplica-se a cláusula:</p> <p>A) <i>non liquet</i>;  B) <i>exceptio adimpleti contractus</i>;  C) <i>in claris nulla interpretatio</i>;  D) <i>ad valorem</i>;  E) <i>rebus sic stantibus</i>.</p>
<p>44. A celebração de contrato com inobservância, pela Administração, da ordem de classificação das propostas apresentadas pelos licitantes ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório implica:</p> <p>A) nulidade;  B) anulação;  C) nulidade ou anulação;  D) nulidade e anulação;  E) nulidade parcial e anulação completa.</p>	<p>50. A licitação na modalidade de pregão poderá ser adotada para aquisição de:</p> <p>A) bens comuns e toda e qualquer espécie de serviço;  B) bens comuns;  C) serviços comuns;  D) bens e serviços comuns;  E) serviços comuns e toda e qualquer espécie de bens.</p>
<p>45. Qualquer cidadão; participante de processo licitatório:</p> <p>A) este é parte legítima para impugnar edital de licitação; aquele, não;  B) ambos são partes legítimas para impugnar edital de licitação;  C) aquele é parte legítima para impugnar edital de licitação; este, não;  D) este é parte legítima subsidiária para impugnar edital de licitação; aquele, parte principal;  E) aquele é parte acessória para impugnar edital de licitação; este, parte principal.</p>	<p>51. A convalidação de ato administrativo:</p> <p>A) nunca é possível quanto à sua competência e ao seu motivo;  B) nunca é possível;  C) é sempre possível;  D) é possível quanto à sua competência exclusiva;  E) nunca é possível quanto ao seu motivo e à sua finalidade.</p>
<p>46. A inabilitação do licitante:</p> <p>A) implica parcial preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes do processo licitatório;  B) não implica preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes do processo licitatório;  C) implica perempção do seu direito de participar das fases subsequentes do processo licitatório;  D) implica preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes do processo licitatório;  E) implica parcial perempção do seu direito de participar das fases subsequentes do processo licitatório.</p>	<p>52. Por conveniência administrativa; por vício de ilicitude:</p> <p>A) nesta hipótese, anulam-se os atos administrativos; naquela, revogam-se;  B) naquela hipótese, revogam-se os atos administrativos; nesta, anulam-se;  C) em ambas as hipóteses, revogam-se os atos administrativos;  D) em ambas as hipóteses, anulam-se os atos administrativos;  E) nesta hipótese, revogam-se facultativamente os atos administrativos; naquela, anulam-se parcialmente.</p>

53. Como regra geral, no caso de dano praticado por servidor contra terceiro, a responsabilidade da Administração e a responsabilidade do servidor:

- A) esta é subjetiva; aquela, objetiva;
- B) aquela é subjetiva; esta, objetiva;
- C) ambas são subjetivas;
- D) ambas são objetivas;
- E) esta é parcialmente objetiva; aquela, subsidiariamente subjetiva.

54. Quanto à cobrança de seus débitos, as sociedades de economia mista:

- A) estão sujeitas ao regime da execução fiscal, uma vez que prestam serviço público;
- B) estão sujeitas ao regime comum das sociedades em geral, nada importando o fato de prestarem serviço público;
- C) estão sujeitas ao mesmo regime dos entes federados, uma vez que por estes foram criadas;
- D) não estão sujeitas a quaisquer dos regimes existentes;
- E) estão sujeitas ao regime da execução fiscal, porque são entes da Administração Pública.

55. **A**, servidor público, pratica conduta funcional punível com a penalidade de advertência; **B**, também servidor público, pratica conduta funcional punível com a penalidade de suspensão. Em tais hipóteses:

- A) ambos não terão direito ao contraditório e à ampla defesa;
- B) ambos terão direito ao contraditório e à ampla defesa;
- C) este terá direito ao contraditório e à ampla defesa; aquele, não;
- D) aquele terá direito ao contraditório, mas não à ampla defesa; este terá direito à ampla defesa, mas não ao contraditório;
- E) este terá direito ao contraditório, mas não à ampla defesa; aquele terá direito à ampla defesa, mas não ao contraditório.

56. A responsabilidade pela prática de ilícitos que afrontem as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 é:

- A) das pessoas físicas responsáveis pelos entes públicos;
- B) dos entes públicos;
- C) dos entes públicos e das suas pessoas físicas;
- D) parcialmente dos entes públicos e inteiramente das suas pessoas físicas;
- E) parcialmente das pessoas físicas e inteiramente dos seus entes públicos.

57. A instituição de taxas e contribuições de melhoria é da competência:

- A) comum dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- B) concorrente dos Estados e dos Municípios;
- C) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- D) concorrente dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios;
- E) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.

58. Em matéria tributária, o lançamento é:

- A) processo administrativo, concessivo e consecutivo, sujeitando o agente fiscal, se o praticar, a penalidade administrativa;
- B) processo administrativo vinculado e consecutivo, sujeito o agente fiscal, se o praticar a pena de responsabilidade funcional;
- C) ato administrativo vinculado e concessivo, sujeitando o agente fiscal, se não o praticar, a penalidade administrativa;
- D) ato administrativo vinculado e obrigatório, sujeito o agente fiscal, se não o praticar, a pena de responsabilidade funcional;
- E) ato administrativo obrigatório e consecutivo, sujeitando o agente fiscal, se não o praticar, a indenizar o erário.

59. Quanto à obrigação tributária, o cumprimento de uma prestação positiva ou negativa imposta por lei é o seu (a sua):

- A) motivo;
- B) causa;
- C) finalidade;
- D) consequência;
- E) objeto.

60. A fixação da base de cálculo dos impostos sobre veículos automotores; a fixação da base sobre a propriedade predial e territorial urbana:

- A) a esta se aplica o princípio constitucional da carência da tributação; àquela, não;
- B) a ambas não se aplica o princípio constitucional da carência da tributação;
- C) a ambas se aplica o princípio constitucional da carência da tributação;
- D) àquela se aplica o princípio constitucional da carência da tributação;
- E) a esta se aplica parcialmente o princípio constitucional da carência da tributação; àquela, facultativamente.



## DISCURSIVA

Presidente de sociedade de economia mista estadual decide, sem qualquer fundamentação, não homologar resultado de certame licitatório - que fora instaurado, igualmente sem qualquer justificativa, para a aquisição de equipamentos para a entidade -, e adjudica, também sem respaldo em qualquer fundamento, o objeto da licitação à empresa classificada em 2º lugar no referido processo, com a qual vem a ser celebrado contrato administrativo.

(Anteriormente a isto, o presidente da entidade já indeferira pedido de impugnação do edital feito por cidadão do município em que tinha sede a sociedade de economia mista, porquanto, para aquele administrador, “só licitante, e não qualquer cidadão, pode impugnar edital de licitação”.)

Questionado sobre o que fizera, o presidente da entidade afirmou que, em primeiro lugar, não havia sequer necessidade de realização de processo licitatório, porque “as sociedades de economia mista estaduais não estão obrigadas a tal processo”; em segundo lugar, que o ato que praticara (o de adjudicar o objeto da licitação à empresa classificada em 2º lugar no processo licitatório) era de natureza discricionária - e não vinculada -, podendo ele, a seu juízo, fazer o que melhor entender, ainda que seu ato nada tivesse a ver com o interesse público (categoria esta - a do interesse público - que, para o administrador, era “muito vaga e imprecisa”).

Para embasar o não acolhimento de pedido de recurso administrativo impetrado pela empresa classificada em 1º lugar, o presidente da entidade, em última instância administrativa e sem audiência da Procuradoria, alegou que “só o Poder Judiciário poderia anular o processo licitatório”.

Elabore, em texto de até 30 (trinta) linhas, parecer sobre a situação acima descrita, evidenciando, dentre outros, os seguintes itens:

1. A necessidade, ou não, de fundamentação para a não homologação de certame licitatório;
2. A necessidade, ou não - e sua consequência legal - de justificativa para a instauração de processo licitatório;
3. A obrigatoriedade de sociedade de economia mista estadual de submeter-se às regras concernentes à licitação;
4. A legitimidade, ou não, e por quê, de qualquer cidadão poder impugnar edital de licitação;
5. A natureza discricionária, ou vinculada, do ato praticado pelo presidente da sociedade de economia mista;
6. A relação entre licitação e interesse público;
7. A competência para anular processo licitatório.

RASCUNHO